



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

DA “VISÃO DE PÁSSARO” PARA A ESCALA DO CORPO: A POTÊNCIA DE PLANOS LOCAIS
EM VILAS E FAVELAS

Jessica de Castro Santana (Universidade Federal de Minas Gerais - U) - santana.jcastro@gmail.com
Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG

Da “visão de pássaro” para a escala do corpo: a potência de planos locais em vilas e favelas

A ESFERA INSTITUCIONAL NO PLANEJAMENTO URBANO

Em 2021, o Estatuto da Cidade – EC (Lei Federal nº 10.257/2001) completou 20 anos de vigência em solo nacional e é inegável que foi um avanço institucional muito grande como reflexo do debate intenso sobre reforma urbana anterior a sua consolidação. Destaco aqui, a importância de instrumentos urbanísticos que evidenciam a função social da cidade e da propriedade, a obrigatoriedade de participação popular no planejamento urbano, o reconhecimento de direitos coletivos e a busca pela gestão pública democrática.

Entretanto, como Vieira (2021) evidencia, é importante que haja questionamentos sobre

“a inefetividade dessa já consolidada ordem urbana, isto porque este conjunto de normas de direito não tem gerado a repercussão necessária à transformação urgente das cidades brasileiras e, como consequência, as *urbes* continuam a ser a fotografia mais verdadeira e cruel da injustiça social, da segregação espacial e da negação do Direito à Cidade”. (VIEIRA, 2021, p.32)

Falando a partir do ponto de vista do desenvolvimento de Belo Horizonte/MG e a aplicação do EC, já em 1996 o Plano Diretor – PD (Lei Municipal nº 7.165/1996) criou diretrizes para sua monitorização, sendo uma delas a elaboração de planos regionais e locais, com a participação da população envolvida (tópico I do art. 83, presente no capítulo III; o capítulo passou por alteração de nome com a revisão do PD – Lei Municipal nº 9.959/2010 – tornando-se diretrizes de monitoramento da política urbana). A partir disso, houve uma tentativa de dar atenção ao direcionamento do desenvolvimento de cada uma das nove regionais administrativas do município por meio de três princípios:

- sustentabilidade: utilização adequada dos recursos naturais e racional da infraestrutura urbana; distribuição adequada das atividades no território com redução dos deslocamentos; descentralização das atividades urbanas;
- inclusão: distribuição equilibrada dos custos e benefícios dos processos de urbanização; adequação dos usos e ocupação do solo à função social da propriedade;
- interdisciplinariedade e intersetorialidade: construção das propostas de uso e ocupação do solo sem perder a dimensão integrada dos diversos eixos temáticos e do território.

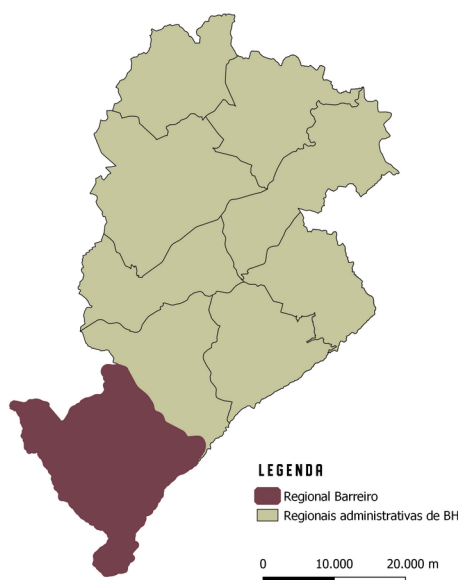
Dessa maneira, visando atender às determinações do EC, nos anos de 2011 e 2012 foram desenvolvidas pesquisas de percepção da população, seminários técnicos, oficinas de discussão e audiências públicas com a finalidade de desenvolver esses planos regionais e tais produtos foram divididos em três eixos: ambiental, territorial e econômico.

Ressalto aqui a importância da produção desses planos regionais, principalmente como um passo inicial para pensar a descentralização de políticas públicas, valorização territorial e incentivos socioeconômicos, e como essa estratégia foi algo inovador para o período e para pensar uma cidade mais integrada, para além do eixo centro-sul belo-horizontino, mas também nas demandas gerais de cada região.

Sigo essa análise com o enfoque no eixo territorial com o objetivo de demonstrar a importância de pensar as múltiplas escalas de planejamento e evidenciar como o ponto de vista macro se faz presente em todas as instâncias, desenvolvendo um racionamento das subjetividades locais, das demandas socioeconômicas diversas e um analfabetismo urbanístico no cotidiano. A metodologia do eixo territorial no plano, por exemplo, segue temas estruturantes, com o objetivo de síntese da realidade local e permitir uma leitura mais clara – ou diria, um pouco genérica – sobre a estrutura urbana da regional, mas com abordagens setoriais importantes para serem melhor desenvolvidas em planos de bairros, sendo elas: uso e ocupação do solo, habitação e áreas especiais de interesse social, aspectos culturais e simbólicos, infraestrutura de saneamento, mobilidade e projetos previstos.

É importante ressaltar que, assim como o Plano Diretor com as audiências públicas obrigatórias, o processo participativo na realização desses planos também contou com a percepção e presença da população em algum grau, mas um dos pontos-chave para se pensar que tipo, em qual nível de qualidade de informações e se tal leitura do lugar – ou mais conhecido como diagnóstico – será tendenciosa ou não, é perceber que não houve um processo de entrevistas e escuta com, pelo menos, um representante de cada bairro dentro da Regional Barreiro, que será o recorte urbano em destaque nesse artigo.

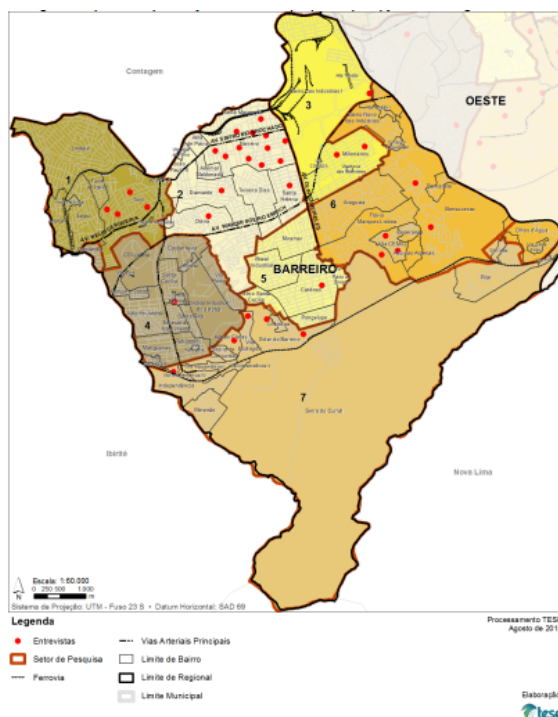
Figura 1 – Localização da Regional Barreiro no perímetro urbano de Belo Horizonte



Fonte: Mapas produzidos pela autora a partir de bases de dados da Prefeitura de BH – Sistema BHMap, 2020.

É compreensível a metodologia quando pensa-se na extensão territorial de uma região administrativa, mas é importante salientar, mais uma vez, que esse tipo de prática não conseguirá abarcar todas as demandas localizadas, mas somente àquelas que sobressaírem às demais, colocando uma hierarquia de quais áreas, desejos, problemas e agentes têm mais importância, mesmo que o processo seja visto como democrático e envolva uma diversidade de setores da sociedade civil, como lideranças comunitárias; empresários do ramo imobiliário; empresários que tenham empreendimentos de grande porte; representantes de órgãos educacionais, religiosos e de segurança pública; e, membros de organizações não governamentais e demais agentes transformadores do espaço e da dinâmica socioeconômica local, bem como técnicos ligados ao serviço público, pesquisadores e outras referências identificadas na área (categorias informadas no plano regional).

Figura 2 – Espacialização dos setores da pesquisa de percepção social na Regional Barreiro



Fonte: Disponível em Plano Diretor da Região Administrativa Barreiro do Município de Belo Horizonte. PBH, 2013.

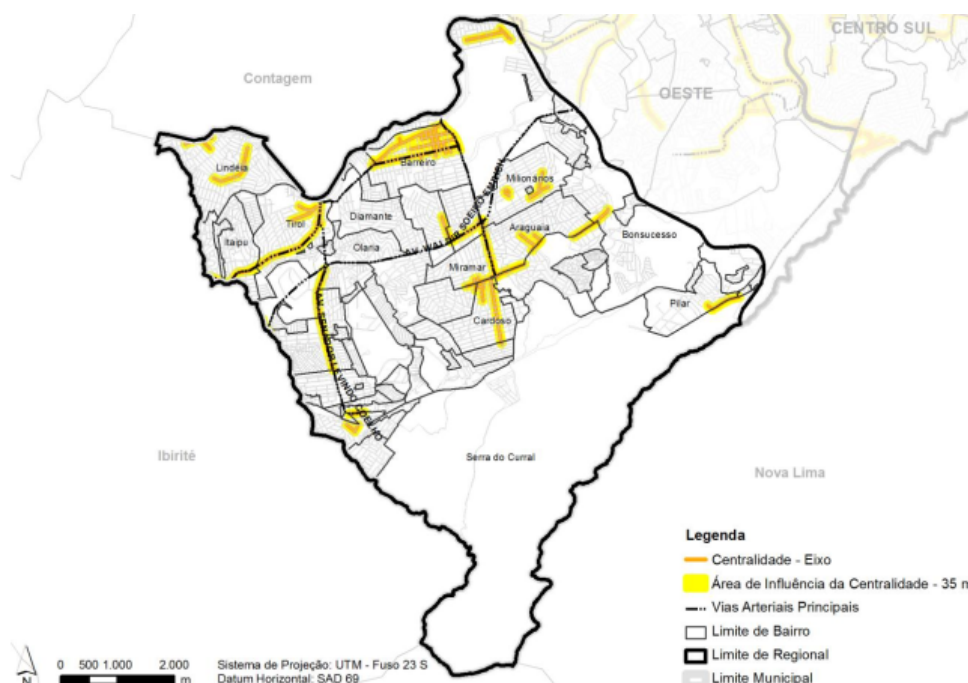
Essa visão geral sobre os planos regionais, com destaque no nível de participação popular para uma leitura territorial mais aprofundada, demonstra que esse tipo de planejamento tem suas limitações na escala que é aplicada, mas, assim como o Plano Diretor, consegue levantar informações básicas para construir diretrizes que estarão mais alinhadas com as demandas urbanas gerais daquele recorte do município. Um exemplo disso é o levantamento de centralidades regionais, “locais mais buscados para fazer compras e encontrar pessoas”, numa esfera ampla, como uma leitura do próprio plano e que são destacadas no novo PD de Belo Horizonte (Lei Municipal nº11.181/2019), o qual inclui conceitos, instrumentos e parâmetros norteadores da política urbana atrelados à Nova Agenda Urbana – NAU (documento consolidado na terceira Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento

Sustentável). As centralidades destacadas no município advêm desse levantamento dos planos regionais realizados, as quais têm o objetivo de

“conduzir o ordenamento do território, dando prioridade à renovação urbana por meio da provisão de infraestruturas e serviços acessíveis e bem conectados, conformando densidades populacionais sustentáveis, dotando o tecido urbano de desenho compacto e proporcionando sua integração às novas centralidades, de forma a prevenir a marginalização e a expansão urbana descontrolada, bem como a disseminar polos de geração de oportunidades de trabalho e crescimento econômico, [...]” (tópico II, art. 4º do capítulo II – da política urbana municipal e da Nova Agenda Urbana)

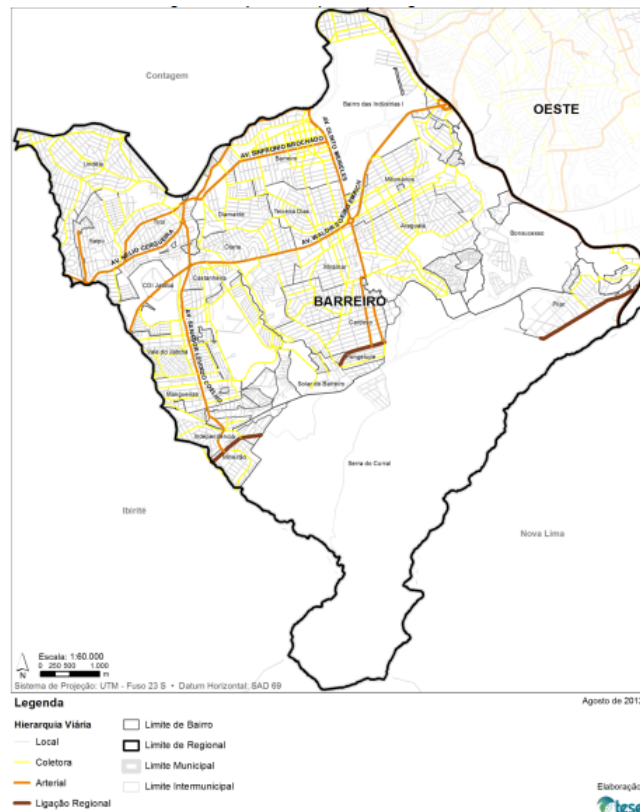
Apesar de ser coerente pensar em centralidades como um eixo de serviços e encontro de pessoas nesse olhar regional (muitas vezes associada ao fluxo comercial), que também fica muito atrelado a uma prática institucional frequente de homogeneizar dinâmicas sociais e invisibilizar as relações humanas locais que não dão um retorno econômico tão marcante e não enaltecem o capital na visão aérea do município, é perceptível que comércios e áreas locais de uso coletivo, extremamente importantes no cotidiano dos bairros, vilas e favelas ficam de fora desse mapeamento – considerando o Plano Regional do Barreiro reforçando essa consideração. Assim, por vezes, uma importante estratégia urbanística de tentativa de descentralização fica limitada a uma hierarquia viária e a uma presença demográfica mais visível na esfera regional, sem considerar outros fatores importantes à vida urbana, como economia criativa, outras formas de encontro e apropriação, em especial às ruas locais e coletoras dentro de vilas.

Figura 3 – Centralidades identificadas



Fonte: Disponível em Plano Diretor da Região Administrativa Barreiro do Município de Belo Horizonte. PBH, 2013.

Figura 4 – Mapa de hierarquia viária da regional Barreiro

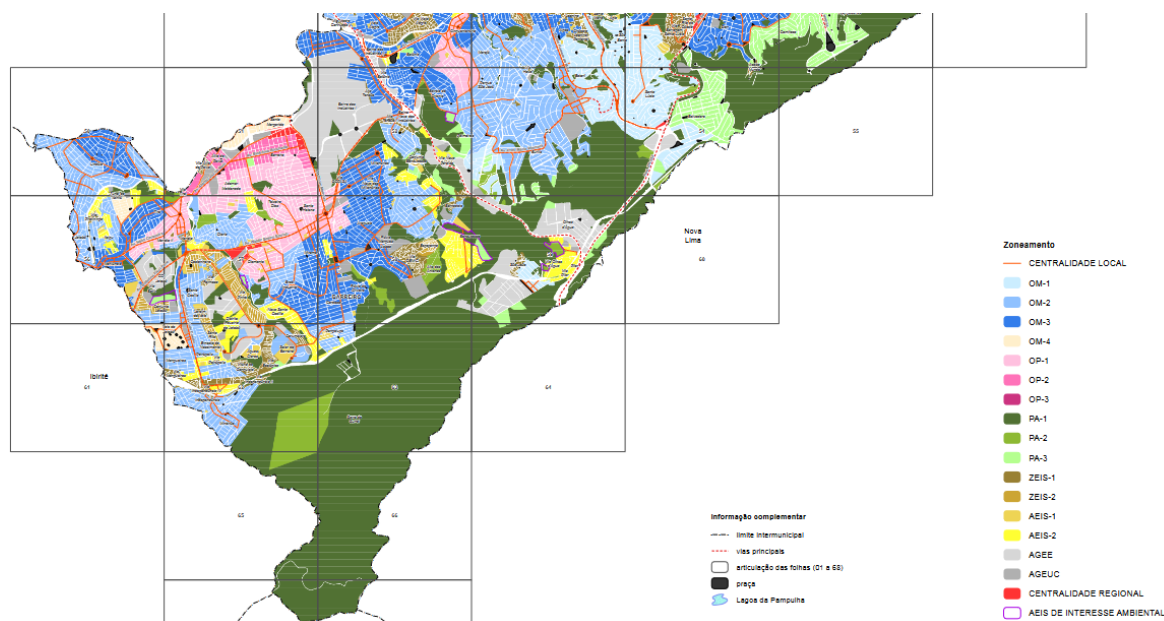


Fonte: Disponível em Plano Diretor da Região Administrativa Barreiro do Município de Belo Horizonte. PBH, 2013.

Seguindo com os questionamentos ao Estatuto da Cidade e como seus pontos positivos não conseguiram efetivar mudanças urbanas significativas em vários aspectos, como a redução da desigualdade, Carvalho (2021) expõe um ponto de vista que abarca muito bem essa análise crítica ao Plano Diretor e Planos Regionais aqui mencionada:

“Originou-se, desse modo, um visível paradoxo entre teoria e prática, entre lei e realidade social. A cidade idealizada pela ordem jurídico-urbanística brasileira não é a mesma cidade que os habitantes veem, ouvem e sentem rotineiramente”. (CARVALHO, 2021, p.117)

Figura 5 – Recorte do Mapa de Estrutura Urbana e Zoneamento de Belo Horizonte



Fonte: Anexo I – Mapa de Estrutura Urbana Zoneamento, presente dentro da Lei Municipal 11.181/2019. Câmara Municipal de BH, 2019.

A partir do recorte do Mapa de Estrutura Urbana e Zoneamento de Belo Horizonte (acima), com o enfoque na regional Barreiro, vemos uma sobreposição de informações que reforçam o apagamento das subjetividades na apropriação dos territórios de maneira diversa, não demonstrando a existência ou necessidade de serviços básicos essenciais para uma comunidade, como unidade básica de saúde, centros de referência, creches, escolas e espaços organizativos, assim como, outras maneiras subversivas de permanência das pessoas em locais com escassez de presença governamental e grandes equipamentos de uso coletivo.

Questionar o Plano Diretor – um dos, se não o único, instrumento urbanístico presente em municípios com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, integrantes de áreas de especial interesse turístico e inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto de âmbito regional ou nacional (art. 41 – Estatuto da Cidade) – é necessário, porque esse documento jurídico-urbanístico precisa ser visto como um elemento com diretrizes norteadoras, mas que não consegue suprir as demandas urbanas. E, em especial, valorizar os planos regionais desenvolvidos na capital mineira – algo pouco frequente em vários municípios – é necessário, como um passo a mais para avançar nas práticas de planejamento urbano e conseguir ir reduzindo esse distanciamento entre teoria e técnica e se aproximando mais a uma postura de escuta e escala dos sujeitos presentes no município.

A partir disso, sigo para uma outra escala de planejamento, presente em BH desde 1997, voltado para territórios de vilas e favelas: o Plano Global Específico – PGE. Com o objetivo de planejar as intervenções em vilas e favelas do município, já realizou documentos em 103 comunidades.

O documento foi visto como um pequeno plano diretor de cada favela com aplicações nos territórios pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL; tem como base de desenvolvimento, a aplicação de um grande diagnóstico amostral que caracteriza as comunidades do ponto de vista socioeconômico e organizativo; e a situação urbanística e domiciliar do território (dados da edificação, ocupação, infraestrutura, serviços urbanos e equipamentos, principais problemas, etc.). Como OSTOS (2004) expõe

“o nome ‘Plano Global Específico’ é motivo de indagações: como ser global e específico ao mesmo tempo? Embora os diversos técnicos do Setor de Planos Globais da URBEL expliquem seu significado, encontrei escassas indicações sobre a elaboração do termo. Uma das origens pode ser tomada pela influência da consultoria prestada, pela empresa Diagonal Consultores Associados Ltda, durante o Programa Alvorada. Havia uma definição de microplanejamento (área específica) e macroplanejamento (conjunto de áreas de um município ou região). O macroplanejamento, visão global das áreas degradadas, apresentava estratégias globais de ataque. O microplanejamento, formado pelas especificidades de cada área, continha projetos e ações específicas (OS DESAFIOS... 1995, p. 158). Outra explicação para o termo foi o receio dos técnicos do órgão em confundir ‘Plano Global Estratégico de Favela’, plano que inclui todas as favelas (consta no Plano Diretor do município) com ‘Plano Global’, simplesmente. Por isso o nome ‘Plano Global Específico’, pois é específico de uma determinada vila, segundo entrevista concedida por Cristina Magalhães, coordenadora do Programa Alvorada (1994/1996), em 30 de junho de 2003.” (OSTOS, 2004, p.106)

É importante reforçar que a contribuição dele deve ser vista mais pelo fato de se tratar do primeiro momento oficial em que o poder público elabora um diagnóstico em larga escala para essas áreas.

“Juntamente com o debate sobre o Orçamento Participativo – OP, lançado em 1998, se discutiu o estabelecimento de uma diretriz, dentro do próprio OP, que criasse a obrigatoriedade de atendimento a vilas e favelas que tivessem o PGE. A partir desse momento que se conseguiu implementar na cidade a concepção de ‘planejar antes de se intervir em favela’. (CONTI, 2004, p.207)

Importante finalizar essa discussão sobre a esfera institucional no planejamento urbano com a visão de Villaça (2005), o qual coloca que

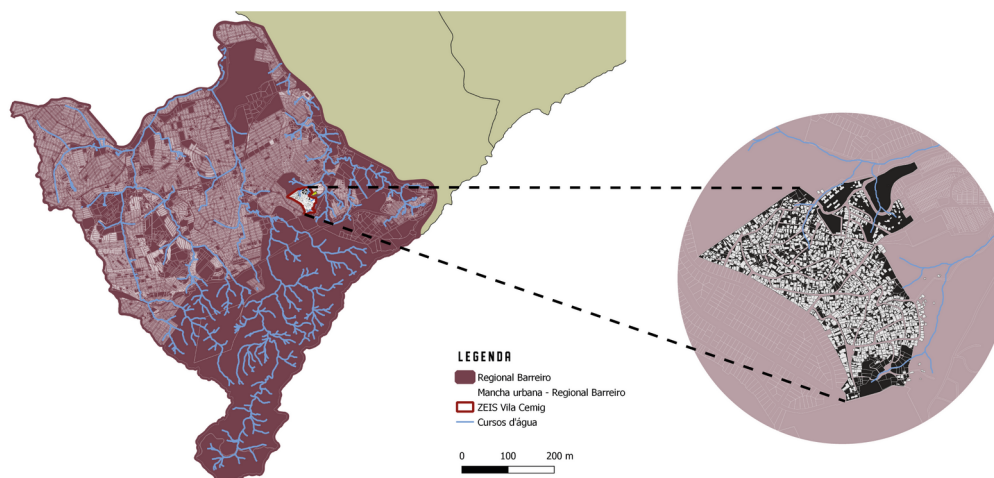
“o Plano Diretor composto de ‘generalidades’, sem condições concretas de aplicação, não passa de ferramenta das classes dominantes (‘plano-discurso’) para ocultar seu fracasso e culpa em resolver os problemas urbanos, ao passo que mantém o *status quo*.” (VILLAÇA *apud* LAGE; FILHO, 2020, p. 13)

PGE X PLANOS LOCAIS

Colocando como referência de análise o PGE – Vila Cemig/Alto das Antenas, um território presente na regional Barreiro desde o fim da década de 1950, é visível que esse documento reforça que, mesmo em áreas que entende-se que já eram dotadas de infraestrutura, com potencialidades para condições de vida melhores, não possuíam vida urbana, uma dinâmica de

qualidade, inclusive, tendo na malha intraurbana da vila, locais de ocupação precária.

Figura 6 – Localização da Vila Cemig na malha urbana da Regional Barreiro/BH



Fonte: Mapa produzido pela autora a partir de bases de dados da Prefeitura de BH – Sistema BHMap.

Essa realidade não é figurativa apenas para a Vila Cemig, mas para outras localidades que também têm demandas negligenciadas pelo poder público; algo que não é de 2021, nem dos anos 2000, mas desde que há desigualdades, ou seja, sempre. É importante ressaltar também que a análise feita historicamente acerca desses territórios, por exemplo, reforçado pela frase “está longe de ser um espaço com caráter urbano nas dimensões qualitativas aceitáveis como local para morar”, encontrado nos arquivos de diagnóstico, moldavam uma leitura não para atingir melhorias no âmbito da permanência e desenvolvimento comunitário, mas de perpetuar um projeto de exclusão socioespacial e que normalmente deslegitimou essas regiões e grupo de pessoas. Não necessariamente foi a intenção dada no documento analisado, mas é um discurso que pode ser absorvido para o outro lado.

Esse tipo de situação, assim como um processo metodológico e de produção de material pouco didático e que não consegue construir um processo realmente de participação popular demonstra que, apesar de uma escala de planejamento e propostas de intervenções mais localizadas, ainda há uma grande lacuna institucional e técnica que mecaniza um plano que teria potencial de valorizar a autonomia desses territórios, não visualizando somente, de uma maneira geral, como áreas com problemas a serem resolvidos.

Diferentemente dos planos regionais, o PGE é um instrumento caracterizado como um elemento que considera três níveis de abordagem, sendo físico-ambiental, jurídico-legal e sócio organizativo, e tendo como discurso a participação da comunidade durante todo o processo de desenvolvimento desse documento.

De acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte (2008), ele levanta cinco etapas de trabalho almejando melhorias em áreas de vilas e favelas, sendo elas:

- Levantamento de dados referente à situação jurídico-legal, sócio organizativa e físico-ambiental;
- Diagnóstico integrado da situação sócio organizativa, físico-ambiental e jurídico-legal;
- Proposta integrada de intervenção social, física e de regularização fundiária;
- Cronograma de implantação das atividades, com priorização de intervenções e estimativas de custos; e
- Diretrizes para Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

Apesar de o documento ter um posicionamento mais distanciado e um “fazer planejamento urbano” muito similar a outras escalas de planos, ele possui brechas que evidenciam o questionamento aqui discutido sobre a importância de planos de bairro/locais como um instrumento para enaltecer as subjetividades das comunidades e como as intervenções poderiam ser potência de vida nesses espaços. Isso é visto em um trecho do diagnóstico presente no PGE – Vila Cemig/Alto das Antenas:

“as qualidades urbanas que caracterizam um espaço rico para o exercício da cidadania – onde é possível e permitido o encontro, a convivência, as trocas, as manifestações, onde esse uso dos espaços públicos torna dinâmica e diversa as experiências cotidianas e inovadoras das pessoas – é onde a existência da vida e animação urbanas tornam os lugares com significado pelo valor que as pessoas atribuem a eles, a partir das histórias vividas”. (CDM, p. 4. 2001)

Dois fatores que são evidenciados como pontos problemáticos e dificultadores no pensar as melhorias para o recorte territorial, já naquele momento, porém extremamente necessários de ser analisados e entendidos como consequências de relações e violências sociais e estruturais, são o tráfico e conflitos com comunidades limítrofes. É perceptível que há uma fissura entre o processo organizativo interno à Vila Cemig e ao seu entorno, por exemplo, quando é colocado nesse documento que a comunidade via-se “obrigada a dividir equipamentos e seu espaço, resultados de suas conquistas”.

A partir disso, é colocada uma reflexão que permanece atual para se pensar na atuação dentro de comunidades que ainda possuem vulnerabilidades, sendo que

“o entendimento desses conflitos e suas motivações ajudam a desenvolver ações sociais, no tempo, e alterações, no espaço, que efetivamente promovam rupturas nesse estado de coisas, atuando na superação da péssima qualidade de vida que as famílias estão tendo, hoje, e na redução dos conflitos.” (CDM, p. 5. 2001)

O trecho acima faz pensar também na dualidade que é o urbanismo e o planejamento urbano,

“considerando o processo de construção do Estatuto da Cidade e da ideia de Plano Diretor desde os primórdios do pensamento urbanístico no Brasil, notamos ao longo da trajetória a passagem de uma abordagem mais focada em aspectos formais e funcionais das

idades, para uma visão mais abrangente e complexa do espaço urbano. A primeira abordagem estaria relacionada ao campo do Urbanismo, enquanto a segunda se inscreve no campo do Planejamento Urbano, partindo do pressuposto de que Urbanismo e Planejamento Urbano são disciplinas ou ciências distintas.” (COSTA; SOUZA *apud* LAGE; FILHO, 2020, p.12)

A partir dessa pequena explanação, é possível entender que há a tentativa de uma leitura mais complexa do espaço urbano, mas que a presença de uma visão tecnicista que tem como norte os aspectos funcionais das cidades, não permite visualizar o desenvolvimento desses conflitos e de desejos de uma maneira mais aprofundada, mas com resoluções superficiais.

Dessa maneira, evidencio a importância e a necessidade dos arquitetos e urbanistas construírem a mediação entre técnica e fazer comunitário e a assessoria como intermediador dessas escalas para conseguir unir narrativas institucionais e comunitárias com a finalidade de construir planos locais mais palpáveis para as demandas territoriais para além de tópicos pré estabelecidos e valorizando as diferentes formas de fazer urbano, almejando o direito pleno à cidade.

DIMENSÕES DE APROXIMAÇÃO – ENCRUZILHADAS

“Ao compartilhar neste artigo relatos históricos da expansão territorial da Vila Cemig ao longo do tempo, reivindicações comunitárias e processos institucionais ocorridos, é possível resgatar e registrar memórias externas e internas à comunidade da vila e desenvolver novas e melhores para a cidade de Belo Horizonte. Há a possibilidade também de desenvolver o processo de acesso a informações técnicas que chegam fragmentadas a comunidade, além de possibilitar uma facilidade maior de visualização dessas incongruências presentes nas narrativas de lugares distintos no processo de intervenção urbana de áreas periféricas.” (SANTANA, 2021, p.4)

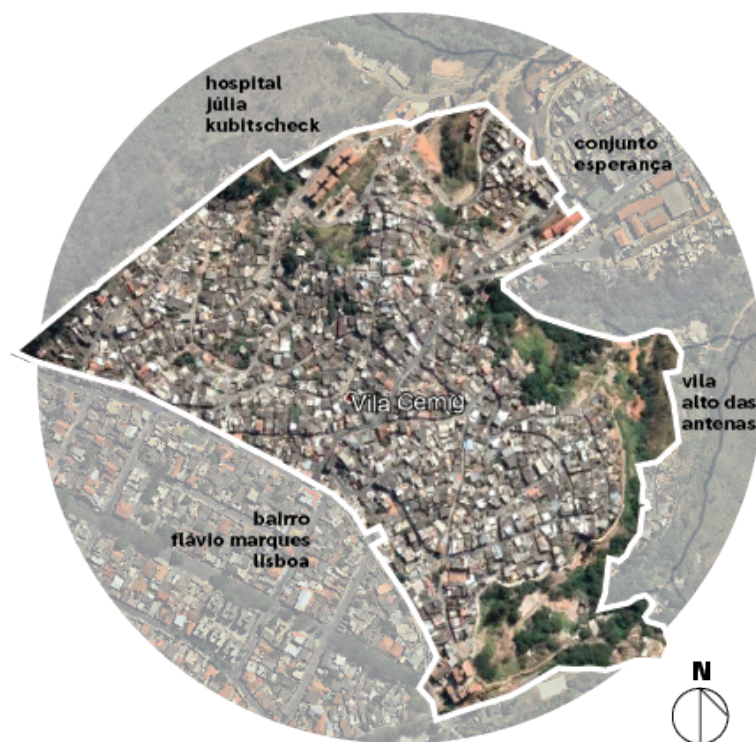
Pensando a partir da ótica das encruzilhadas nestas narrativas e pela fala de Luiz Antônio Simas que desenvolve a ideia de que

“a encruzilhada é um ponto de chegada, tem uma dimensão de transcendência, está ligada à ideia do encontro, do convívio das diferenças. É a possibilidade de você entender que não existe um único caminho, que os caminhos são mais amplos do que a gente imagina. É um local em que a diferença convive. [...] Então a encruzilhada é o lugar da disponibilidade para que as coisas aconteçam e as pessoas se encontrem.” (Simas, 2020. in ZACCARO; CARNEIRO),

enfoco meus questionamentos, análises e tentativa de proposição de outras formas de prática profissional dentro do campo da arquitetura e urbanismo, a partir do desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso, finalizado em 2021, o qual se debruçou em visualizar essas fissuras entre narrativas institucionais e comunitárias, com o objetivo de espacializar pontos de vista dos dois lados das ações desenvolvidas e/ou almejadas, conseguindo colocar em comparativo palpável como há uma ruptura na comunicação entre o Estado e os moradores, principalmente visualizando que as prioridades podem ser distintas.

“A partir das entrevistas com técnicos de setor urbano, civil e social que atuam na vila, é visível que nem sempre, no momento atual, as ações escolhidas têm o objetivo de apenas remover uma porção de famílias do território e/ou manter problemas complexos de lidar. Porém a partir do momento que não há uma escuta de maneira mais atenciosa e a busca por propor alternativas que consigam mediar melhor esses pontos de vista diferentes, desenvolvendo proposições que sejam de fato apropriadas e que valorizem o cotidiano e as demandas na escala do corpo, há a invisibilização daqueles que residem no espaço das intervenções.” (SANTANA, 2021, p.6)

Figura 7 – Localização da Vila Cemig e seu entorno imediato



Fonte: Mapa produzido pela autora a partir de imagem aérea do Google Earth. 2021.

- Narrativas institucionais: sob a ótica da heteronomia do Estado; escala do plano; pelo olhar aéreo e o ordenamento técnico hegemônico;

As narrativas institucionais aqui apresentadas e refletidas tem como base de informações a leitura do PGE – Vila Cemig/Alto das Antenas (2001/2002) e as entrevistas realizadas com representantes do setor de obras, social e regularização fundiária de interesse social da URBEL e do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – Vila Cemig.

- Narrativas comunitárias: sob a ótica da autonomia dos moradores; escala humana; pelo olhar do cotidiano;

As narrativas comunitárias aqui apresentadas e refletidas tem como base de informações as entrevistas realizadas com moradores da Vila Cemig e dos bairros lindeiros, além de compartilhamentos de informações dentro do próprio território com a realização do questionário desenvolvido ou por meio da curiosidade de outros moradores acerca de processos da vistoria em campo.

Saliento que o processo de desenvolvimento desse trabalho foi feito de maneira mais diagramática e visual com o objetivo do produto final ser entregue às lideranças da vila e possibilitar, enfim, uma leitura didática e acessível a todos os sujeitos da sociedade civil. Aqui, esse comparativo entre narrativas terá uma carga textual maior com o objetivo de aprofundar ainda mais os entraves e rupturas entre expectativas e desejos comunitários e expectativas e intervenções institucionais, mas com a presença de falas dos sujeitos entrevistados, demonstrando a veracidade dessa discussão.

Início essa análise comparativa acerca das expectativas dos dois lados da moeda nesse embate entre ponto de vista institucional *versus* ponto de vista comunitário a partir da fala de uma das técnicas da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, a qual expressa que

“[...] nós tivemos muitos problemas, mas eles não estão relacionados com a política urbana, o problema que a gente teve foi com a política social, porque tinha numa área em frente ao Parque Carangola, a perspectiva de implantação de um BH Cidadania, foi na época dessa política ainda, [...], no PGE que cê tá consultando, se ele já tava previsto, eu acredito que não. Tinha a perspectiva de implantação de um grande equipamento social, na verdade nós temos um CRAS na região, a Vila Cemig é uma área de abrangência do CRAS, mas nós tínhamos a perspectiva de implantação de um equipamento de muito maior possibilidade de atendimento que seria o BH Cidadania e ele não foi viabilizado. Na verdade houve uma discussão grande no primeiro momento sobre a implantação dele aí, depois ele foi retirado daí, o projeto, e foi transferido hipoteticamente para o Parque das Águas e aí teve uma revolta muito grande da população da Vila Cemig pela distância na qual ele estaria sendo construído, até que ele acabou não vingando. E pra nós foi muito difícil, porque ele foi apresentado como parte do empreendimento e as pessoas não conseguiam compreender que era um recurso à parte gerenciado por uma outra Secretaria, sabe? Então a gente teve esse problema que é em frente à área do Parque Carangola. Agora, em relação ao CEVAE (Centro de Vivência Agroecológica), eu não sei te dizer.”¹

Essa fala proporciona uma reflexão inicial sobre a própria aplicação e logística técnica que passa por fragmentações e sofre com setores que não dialogam entre si com facilidade quando decidirão algo para uma área; assim, produzindo incoerências e falsas expectativas à população. Pensar que a política social anda descolada da política urbana dá alguns indícios de porquê propostas de planejamento urbano não conseguem suprir demandas locais, visto que a primeira tem equipamentos essenciais dentro desses territórios e, mais uma vez, a segunda se agarra a uma lógica formal e hierárquica que estará fadada ao fracasso.

Um outro ponto importante de se refletir é o trecho “no PGE que cê tá consultando, se ele já tava previsto, eu acredito que não”; visto que o documento passível de ser disponibilizado via Lei de Acesso a Informação – LAI² pela própria URBEL, que é o setor diretamente responsável pelos PGEs, é

- 1 Fala presente em um processo de entrevista realizado no ano de 2020 de maneira remota pela autora; a técnica se encontra vinculada no trabalho social dentro da Vila Cemig.
- 2 A sociedade civil pode disponibilizar acesso a qualquer informação pública produzida ou sob guarda dos órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Municipal de Belo Horizonte a partir desse link:

àquele mais completo e também o mais desatualizado, e que em teoria é entregue às associações comunitárias / lideranças territoriais. Por diversas vezes na entrevista com os técnicos, é entendido que outros documentos com informações pontuais, assim como mapas, foram desenvolvidos para nortear o trabalho atual / final de obras, mas me questiono de que maneira isso é disponibilizado, em especial, para a população local inserida nas áreas de intervenções. Esse questionamento se reflete na fala de um morador que diz

“Quando começou a obra, assim, se eu não me engano na verdade foi em 2013... foi um trem assim, uma bagunça assim, sabe? Aí a obra teve que ser parada, porque não tinha dinheiro. [...] E aí, infelizmente, a obra parou. Tivemos que esperar uns anos pra voltar e quando a obra voltou, ela já não voltou como era no mapa, como não era no projeto. Então, assim, até antes da parada, ela foi executada exatamente como seria no projeto. Aí já não teve mais nada do projeto pra ser executado e na verdade até hoje ninguém consegue nem entender que obra é essa. Porque é uma obra que é voltada pra Vila Cemig e para o Alto das Antenas e eles fazem obra no Conjunto Esperança. E não estou reclamando de fazer obra no Conjunto Esperança. Eu estou falando é que tem que melhorar o Conjunto Esperança também? Tem, mas e a Vila Cemig? Vai voltar a fazer quando? Ou não vai existir mais obras como antes?”³

Continuando a análise do primeiro trecho de entrevista, é visto também que apesar de ter tido alguma tentativa de explicar uma mudança de estratégia projetual às pessoas, não ocorreu uma aproximação em outros âmbitos e com diálogos mais didáticos para que a população compreendesse melhor essa situação. É algo muito ruim criar a expectativa de implantação de um equipamento grande e com possibilidades de potencializar vários pontos positivos dentro de uma área que carece de elementos como esse, principalmente quando ele possui

“ações voltadas para a população vulnerável, o programa articula secretarias municipais de políticas sociais, educação, saúde, assistência social, esportes, habitação e cultura, com o objetivo de trabalhar as várias dimensões da pobreza.” (SANDIM; ASSIS, 2010, p.1)

A partir de mais um trecho de entrevista pelo ponto de vida dos moradores da vila, é visível como o processo participativo, dito democrático, não é popular, porque mais lacunas e questionamentos sobre o processo de intervenções é apresentado:

“Houve sim uma preocupação em executar obras, mas foi executada de qualquer maneira. Hoje nós temos uma área aberta na rua Coletivo, aonde era o antigo Centro de Saúde, que iria-se abrir uma rua, mas aí até hoje está aguardando. Virou um estacionamento. [...], na verdade, assim, era na Coletivo mesmo, mudou coisa de 50m. E, assim, a unidade que nós ganhamos hoje, não teve nada a ver com a obra, já foi antes, né, a construção da unidade foi antes. Mas, assim, eles resolveram quebrar a Unidade de Saúde pra fazer mais um

<<https://servicos.pbh.gov.br/servicos/i/5eb30ad2282e7567ed76dc28/5dc8470253fd6b5bbd99185f/servicos+lei-de-acesso-a-informacao-lai>>.

3 Fala de uma das lideranças da região, presente em um processo de entrevista realizado no ano de 2020 de maneira remota pela autora.

acesso. Fazer mais uma rua que sairia já lá no Cruzeiro, né, lá no final da Coletivo. E até hoje tá num impasse, não sei se é na justiça, o quê que acontece pra indenizar a casa lá, pra conseguir sair da rua Faisão na rua Coletivo. Só que, particularmente, aí é minha opinião, sou leigo: eu não vejo necessidade de mais uma entrada pra dentro de uma comunidade. Nós já temos duas entradas. E nós temos a chance de fazer uma creche. Por que não fazer a creche?”⁴

A partir desse relato, há a percepção da fissura clara entre o discurso que é vendido pelo ponto de vista externo de que o importante é desenvolver intervenções, principalmente quando é falado sobre territórios de favela, áreas já segregadas e que tem as demandas coletivas invisibilizadas desde o processo de desenvolvimento da capital, e a leitura que é feita por muitos moradores: como a prática de obras ocorre sem muito diálogo com os sujeitos ali presentes, a avaliação pode ser ruim até mesmo quando houve algum desenvolvimento positivo.

Outro ponto importante de salientar é a leitura feita da frase “eu não vejo necessidade de mais uma entrada pra dentro de uma comunidade”, uma questão muitas vezes pouco debatida com profundidade e em conjunto com os moradores e que vai de encontro a uma política de segurança pública que não se preocupa com medidas de incentivo à prevenção da criminalidade e que persegue grupos sociais, como pobres e negros, com o discurso de combate à violência e a dita “guerra às drogas”. Um olhar antirracista, antipatriarcal e anticapitalista deveria estar presente a tempos nas bases do planejamento urbano.

Dessa maneira, é de extrema necessidade reforçar como que algo para o olhar técnico pode ser bom, enquanto para o morador não, por exemplo, é opinião comum de ambos os lados que é importante fazer requalificações no sistema viário visando o acesso de serviços como coleta de lixo semanal no território, ambulância, a possibilidade do trajeto de veículo individual e pessoal, porém houve o questionamento de outra moradora nas entrevistas sobre “as ruas são alargadas para favorecer o bem comum ou o acesso da polícia?”; algo que foi reforçado na fala institucional como positivo, sem pensar em outras alternativas de segurança pública; a partir de recortes narrativos como esse e outros que foram expostos ao longo do trabalho documental, é perceptível que há uma lacuna entre o quê o Estado pode e quer oferecer a certos grupos sociais (ressaltando-se aqui o Estado capitalista) e como isso direciona uma visão engessada sobre propostas de intervenções; inclusive, reforçando aqui a máxima da valorização do carro, em detrimento de outras alternativas de mobilidade.

Para finalizar os exemplos aqui compartilhados a partir de entrevistas realizadas com lideranças e moradores da Vila Cemig, um trecho final consegue compilar e deixar explícito que é pra ontem a necessidade de repensarmos qual planejamento, inclusive quando possível, os existentes na esfera local, que nós, técnicos, arquitetos e urbanistas, estamos produzindo e qual o tipo de escuta e comunicação que estamos tendo:

4 Fala de uma das lideranças da região, presente em um processo de entrevista realizado no ano de 2020 de maneira remota pela autora.

“Na verdade, eu tava na luta pra não fazer as obras da forma que foram. Nós tínhamos uma outra visão de como era a obra, nós entendíamos que essa obra tinha que vir, mas primeiro deveria conhecer a história dos moradores. Essa obra, eles não respeitaram a história dos moradores e também não avaliaram a dinâmica da comunidade. Tinham outros locais que seriam muito mais importantes de ser feitos obras e não foram. Tivemos muitas remoções de casas que não eram necessárias de serem retiradas. Outras que eram necessárias de serem retiradas, que estão em local de risco, permanecem no mesmo local e não vão ser mais removidas. E a obra, a gente não conseguiu identificar uma obra pra melhoria da comunidade, porque quando essa obra foi feita, de início, seria pra expandir ruas, pra acabar com becos e pra trazer uma melhor condição pros moradores. Na minha rua mesmo, a gente seria beneficiado com uma obra. Essa obra não existiu, ela foi cancelada.”⁵

Deixo aqui a reflexão sobre a valorização da construção de desenhos, projetos e de modelos de gestão mais complexos, que têm procurado incorporar o território e a intersectorialidade, além da sociedade civil, em especial os moradores dos territórios, como elementos constitutivos e efetivos para as demandas coletivas.

DIMENSÕES DE APROXIMAÇÃO – A ASSESSORIA TÉCNICA POPULAR

Aqui coloco um destaque especial para as narrativas como urbanista e arquiteta / assessora técnica popular: sob a minha própria ótica; escala da rua e escala macro da vila; pelo olhar da mediação entre técnica e fazer comunitário e a assessoria como intermediador dessas escalas.

Considerando as críticas sobre o processo de planejamento urbanístico caducar/“perder a validade” com um tempo menor em áreas de vilas e favelas, não sendo atualizado ao longo do tempo de acordo com as novas dinâmicas urbanas existentes no território e com as demandas comunitárias, além de fazer indicativos de intervenções incoerentes com o desejo da população local e/ou não desenvolver um processo de participação plena, inclusive para criar um diálogo que mostre as razões técnicas não visíveis no cotidiano e proporcionar uma relação mais transparente para além de dados pouco palpáveis aos moradores.

Esse processo de verificação demonstra a importância da aproximação com os moradores nesse plano local, inclusive visualizando que não era de ciência de muitos moradores que tais localidades tinham algum indicativo de intervenção e que algumas propostas já não faziam sentido naquele período.

Aqui ressalto a importância de refletir sobre a dinâmica urbana pós intervenções em território de vilas e favelas, considerando que poucas vezes há uma tentativa de visualizar e entender em que ponto do processo de desenvolvimento de intervenções houve uma ruptura ou não existiu a participação popular efetiva daqueles sujeitos e se, realmente, só o processo de modificação físico espacial é suficiente para potencializar o acesso pleno à cidade.

5 Fala de um dos moradores da região, presente em um processo de entrevista realizado no ano de 2020 de maneira remota pela autora.

Assim, faço uma análise e balanço de 20 anos depois de alguns dos pontos escolhidos como localidades para intervenções pontuais dentro da Vila Cemig no PGE – Vila Cemig/Alto das Antenas, verificando quais ocorreram, quais não tiveram nenhum avanço, quais faziam sentido à época (ou não) e quais não tem mais necessidade/área a partir da realidade de 2021:

- rua Colibri com rua Ema

a) indicativo no PGE: área de largos/multiuso/lazer – desadensamento futuro;

b) anos 2020/2021 (observações da autora): passou por intervenção; hoje com piso intertravado é uma área com um grande largo que possui equipamentos de academia a céu aberto, estacionamento e conexão de ruas.



Fonte: Arquivo pessoal.

- Beco Colibri

a) indicativo no PGE: área de largos/multiuso/lazer – desadensamento futuro;

b) nos 2020/2021 (observações da autora): não passou por intervenção; hoje a área indicada no PGE possui residências e um pequeno galinheiro.



Fonte: Arquivo pessoal.

- Largo do Beco Mota

a) indicativo no PGE: área de largos/multiuso/lazer – desadensamento futuro; via de pedestre a abrir e/ou melhorar;

b) anos 2020/2021 (observações da autora): não passou por intervenções; de acordo com lideranças, o local necessitava de iluminação e a própria população próxima conseguiu implantar um poste improvisado; há potencialidades no local envolvendo ponto de encontro na malha mais interiorana da Vila Cemig; o largo é acessado apenas por becos, sem acesso direto por alguma via mais larga.



Fonte: Arquivo pessoal.

- Quadra de futebol no fim da rua Gavião

a) indicativo no PGE: praça/largo proposto – lazer;

b) anos 2020/2021 (observações da autora): de acordo com alguns moradores, essa nova quadra foi algo ruim, pois eles tinham uma maior perto da rua Universo em Desencanto (um outro ponto interno à vila; que foi reduzida com as obras dos conjuntos habitacionais); há outras reclamações como: a contenção da encosta ficou ruim e em toda chuva a terra cai; a inclinação no piso da quadra está errada e empoça água; a grade que envolve a quadra ficou muito próxima e prejudica uma utilização melhor do espaço.



Fonte: Arquivo pessoal.

- Praça do Cruzeiro

a) indicativo no PGE: praça existente – reestruturar;

b) anos 2020/2021 (observações da autora): passou por intervenções; entretanto, a maioria dos moradores que participaram do questionário aplicado opinaram que há a necessidade de melhorias e manutenções, sendo elas: implantação de brinquedos, manutenção dos jardins e recuperação dos equipamentos danificados.



Fonte: Arquivo pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após desenvolver um processo crítico de algumas escalas de planejamento urbano, finalizo esse texto com algumas colocações a partir das vivências, observações e escuta no processo do TCC, mas, em especial, deixar questionamentos para que a classe profissional desenvolva uma postura cada vez menos hierárquica e mais presente na construção cotidiana da malha urbana e demandas coletivas presentes nas cidades.

Em especial, desejo que haja a construção de mais planos locais, de bairros, vilas e favelas, que não sejam realizados por apenas uma obrigatoriedade de um instrumento urbanístico ou lei aplicada, mas que busquem realmente proporcionar mais dignidade àqueles sujeitos junto com o que eles já produzem, criam e anseiam no interior de suas quebradas; e que o processo de mediação de conflitos junto a profissionais e entes da sociedade civil com caráter multidisciplinar possa existir com efetividade.

Assim, enalteço e escancaro como a Vila Cemig, assim como outras áreas estigmatizadas e segregadas historicamente, é carente de áreas de uso coletivo e de permanência em alguns pontos internos e mais diversificados na sua malha urbana e, não só por isso, mas intensificado por, a população local tem o hábito de fazer da rua como a extensão da casa e toda esquina é uma localidade em potencial para o encontro (SANTANA, 2021); é a prática subversiva desenvolvida para lidar com tudo àquilo que foi negado a certos grupos sociais. Em conjunto a isso, espaços livres se tornam lugares de desenvolvimento de brincadeiras simples tradicionais como “soltar pipa”; áreas sem obstáculos no piso também são propícias para circulação de bicicletas, jogos de futebol com chinelos como traves entre as crianças, além de área disponível para correr e expandir ideias de ocupação; todo canto aberto é uma localidade em potencial para suprir a demanda de áreas de lazer entre crianças e adultos (SANTANA, 2021). São essas apropriações e permanências, normalmente pouco valorizadas ou invisibilizadas por um olhar mais mecânico sobre “como a cidade deveria ser” que precisam ser absorvidas e ter uma atenção especial para auxiliarem em estratégias e propostas mais condizentes com a realidade local. Como já diria Simas,

“um lugar não se limita à matéria de seus alicerces. Nele estão amalgamados memórias, aspirações, anseios, sonhos, alegrias e invenções da vida de incontáveis gerações.” (SIMAS, 2019, p.90)

Valorizando as subjetividades presentes nesses territórios e que são extensão de práticas ancestrais de povos, ressalto o que Gomes coloca, que

“os emigrantes das áreas rurais do Brasil do século XX, por exemplo, migram e redesenam o urbano, planejam os elementos e as funções; cultivam plantas em pequenos espaços, lajes, becos, vielas e mangues.” (GOMES)

e como uma continuidade dessas práticas, o território da Vila Cemig, como um recorte de reflexão sobre as favelas, também possibilita visualizar isso; residências com áreas permeáveis, com terreiros, criação de animais; e, quando não há área, nos becos e fachadas das casas, a apropriação dos espaços por vasos de plantas.

A partir das narrativas institucionais e comunitárias foi perceptível que, apesar de falarmos em obras integradas na esfera da potencialidade dessas intervenções de criar relações mais contínuas e melhores com o seu entorno imediato, além de favorecer conexões de elementos importantes no desenvolvimento comunitário, é visto que não é bem isso que ocorre; Silva (2019) desenvolve a ideia de que

“observa-se que a inclusão parcial da cidade nesse ordenamento incentiva a construção de dicotomias – legal-ilegal, formal-informal – e o permanente desejo de inclusão ao sistema estruturado pela exclusão; dinâmicas que contribuem para a perpetuação do pacto moderno de dominação ideológica, funcional à manutenção da ordem político-econômica mundial”; (SILVA, 2019, p. 46)

nesse trecho, é visto que o pensamento alinhado ao ordenamento técnico hegemônico, que se baseia somente nessa lógica de obras padronizadas e que integrariam, produz maneiras de lidar com questões urbanas e, principalmente, em tais áreas – nesse texto, enaltecidas – a partir de uma lógica hierárquica e permanece com a ideia de espaços excluídos da cidade e alheios à qualidade de vida destinada a outras localidades.

Por fim, sob a ótica de Milton Santos, Silva (2019) expõe que o espaço é definido

“como um conjunto indissociável de sistemas de objetos – criações humanas concretas e abstratas – e de sistemas de ações e relações ensinadas; as práticas sociais no espaço urbano são compreendidas como ações materializadas no espaço ao longo do tempo, são um conjunto de relações entre objetos, conteúdos e agentes sociais que produz cidade; a cidade, nesta abordagem, é a materialização de práticas sociais; é área de combate; é produto social e base das interações sociais”; (SILVA, 2019, p. 48)

um trecho que vai de encontro à análise desenvolvida e absorvida nesse texto para pensar em intervenções que consigam ser frutíferas nesse aspecto, não somente na materialidade, que é necessária para a qualidade de vida urbana e o direito à cidade no sentido do evento (como Lefebvre⁶ reforça), mas também de valorização das práticas comunitárias ancestrais, próprias e singulares que não somente os territórios de vilas e favelas possuem, mas que devem ser visibilizados como algo positivo tanto quanto outras localidades.

E, como muitas vezes ressaltado ao longo desse texto, é necessário lembrar que arquitetos e urbanistas, assim como o restante da sociedade civil, são sujeitos políticos e que repensar as escalas dos planos e como isso repercutirá no cotidiano das pessoas que ali residem não é só uma questão institucional, mas também uma luta ideológica; e que encarar isso ou não,

6 Lefebvre (filósofo francês) percebeu que as cidades haviam se convertido no local de reprodução das relações capitalistas, reguladas pelo cotidiano, pelo trajeto casatrabalho, sem possibilidades de encontros criativos e manifestação de desejos. Por isso, o direito à cidade não é só a reivindicação por serviços e infraestrutura urbana, como transporte, moradia, saneamento; tudo isso é importante, mas podem ser proporcionadas sem que nenhuma ruptura ocorra nas formas em que cidades são (re)produzidas e apropriadas. Para transformar essa lógica, é preciso ter o direito de habitar, usar, ocupar, produzir, governar e desfrutar das cidades de forma equitativa; a cidade enquanto encontro, enquanto festa.

entendendo como um processo de omissão por mudanças e garantia de uma zona de conforto do que já é dado como prática arquitetônica e urbanística, também é uma tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

VIEIRA, Bruno Soeiro. O Estatuto da Cidade e o planejamento municipal integral. In. FERNANDES, E. (Org.). 20 anos do Estatuto da Cidade: experiências e reflexões. Gaia Cultural, 2021. 28 – 33p.

CÂMARA Municipal de Belo Horizonte. Lei Municipal nº 11.181/2019. Disponível em: <<https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-legislacao/lei/11181/2019>>. Acesso em 14 dez. 2021.

CARVALHO, Claudio. O Estatuto da Cidade e os seus 20 anos. In FERNANDES, Edésio (org.). 20 anos do Estatuto da Cidade: experiências e reflexões. Gaia Cultural, 2021. 116 – 119p.

CONTI, Alfio. A política de intervenção nos assentamentos informais em Belo Horizonte nas décadas de 1980 e 1990 e o “Plano Global Específico”. Artigo em Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 189 – 216, dez. 2004.

GOMES, Ângela Maria da Silva. Quilombo, terreiros e quintais: territorialidades da ecologia negroafricana. 4p. Disponível em: <https://www.academia.edu/28732899/Quilombo_terreiros_e_quintais_territorialidades_da_ecologia_negro-africana>. Acesso em 07 set. 2021.

LAGE, Selenia Duarte Lage e; FILHO, Lauro Luiz Francisco. A construção do Estatuto da Cidade e da ideia de Plano Diretor numa perspectiva histórica: discutindo a adequação destes instrumentos aos municípios de pequeno porte populacional. Risco – Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo. IAU-USP, 2020.

OS DESAFIOS da cidade informal: trajetos para a integração dos assentamentos periurbanos. In: Seminário Internacional, 1995, Belo Horizonte. Belo Horizonte: Cidade Gráfica e Editora Ltda, 1995.

OSTOS, Luciana Moreira Barbosa. As ideias dentro do lugar: Plano Global Específico. As ideias brotadas do lugar: participação e conteúdo. Um estudo a partir da Vila da Paz em Belo Horizonte – MG. Dissertação. 2004.

PREFEITURA de Belo Horizonte. Apresentação sobre Planos Diretores Regionais. 2018.

PREFEITURA de Belo Horizonte. Anexo I – Programas Especiais. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/comunicacao/pdfs/politicaurbana/plano_municipal_saneamento/PMS2008_anexo.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2020.

PREFEITURA de Belo Horizonte; CDM – Cooperação para o desenvolvimento e morada humana. PGE – VASJB: Plano Global Específico Vila Cemig. Diagnóstico/ Diretrizes 4ª etapa. Nov. 2001.

PREFEITURA de Belo Horizonte; CDM – Cooperação para o desenvolvimento e morada humana. PGE – VASJB: Plano Global Específico Vila Cemig. Proposta/Hierarquização das Ações e Obras 5a Etapa. Ago. 2002.

SANDIM, Tatiana. ASSIS, Marcos. Programa BH Cidadania: Análise da Implementação e Implicações Para a Gestão e Organização de Uma Política Pública Intersetorial em Nível Municipal. Anais do Encontro de Administração Pública e Governança – enAPG, 2010. 14p. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enapg369.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2021.

SANTANA, Jessica de Castro. Desafios em intervir em favelas: contranarrativas como alternativa de valorização comunitária. Anais do Seminário Urbanismo na Bahia – urbBA[21], 2021. 47p. Disponível em: <https://7461fa71-6abe-4d59-8ccf-ddbf964c417b.filesusr.com/ugd/818140_d5cb0259721441bbb882d68d12a8b081.pdf>. Acesso em 13 dez. 2021.

SECRETARIA Municipal Adjunta de Planejamento Urbano – SMAPU/PBH; TESE – Tecnologia em Sistemas Espaciais Ltda. Plano Diretor da Região Administrativa Barreiro do Município de Belo Horizonte. 2013.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; SIMÃO, Mário Pires. A favela reinventa a cidade. 1. ed. - Rio de Janeiro: Mórula: EdUniperiferias, 2020.

SILVA, Lisandra Mara. Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. 2018.

SILVA, Lisandra Mara. Horizonte segregado: os papéis do ordenamento técnico na produção da cidade. In Revista Arquitetas Negras Vol. I. p 44 – 64. 1ª edição. 2019.

SIMAS, Luis Antonio. O corpo encantado das ruas. 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

VILLAÇA, Flávio. As Ilusões do Plano Diretor. São Paulo: Mimeo, 2005.

ZACCARO, Nathalia; CARNEIRO, David. Luiz Antônio Simas: bate tambor, logo existo. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/luiz-antonio-simas-bato-tambor-logo-existo>>. Acesso em 19 set. 2021.